

DECRETO Nº 8230, DE 18 DE MAIO DE 2007

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA DE ITAJAÍ

O Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições e, de acordo com o art. 14 da Lei nº [4.672](#), de 24 de novembro de 2006, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 18 de maio de 2007

VOLNEI JOSÉ MORASTONI
Prefeito de Itajaí

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I DA FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, órgão colegiado, permanente e paritário, de caráter deliberativo no âmbito da sua competência, propositivo e consultivo nos demais casos, possuindo como objetivos básicos à análise, aprovações, implantações, acompanhamento de qualquer projeto de significativo impacto Étnico/Racial e a avaliação da Política Municipal de Igualdade Racial e o cumprimento dos princípios constitucionais da participação, publicidade e cooperação na gestão do conselho, em conformidade com os órgãos que compõem o referido conselho.

Capítulo II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí:

I - formular diretrizes e promover no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Itajaí, atividades que visem os direitos da comunidade negra, eliminando discriminações que a atingem, bem como sua plena inserção na vida socioeconômica e político cultural;

II - assessorar o Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, deliberando e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo, nos âmbitos, federal, estadual e municipal, em questões relativas à comunidade negra, com o objetivo de defender seus direitos e interesses;

III - receber orientações, solicitações e sugestões oriundas das entidades representativas da comunidade negra que compõem a cidade de Itajaí;

IV - desenvolver, realizar e publicar estudos, debates e pesquisas relativas a problemática

da comunidade negra;

V - fiscalizar e tomar as providências para o cumprimento da legislação favorável aos direitos da comunidade negra;

~~VI - desenvolver projetos que promovam a participação da comunidade negra, em todos os níveis de atividades;~~

IV - desenvolver projetos que promovam a participação da comunidade negra, em todos os níveis de atividades pública e privada; (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

VII - estudar os problemas, receber sugestões da sociedade, opinar e deliberar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas;

VIII - apoiar as realizações concernentes à comunidade negra, promovendo atendimento e intercâmbio com organizações nacionais e internacionais, afins ou não;

~~IX - promover junto às escolas, entidades representativas e organizações sociais e classistas, debates e estudos para a conscientização da comunidade negra;~~

IX - promover junto às escolas, entidades representativas e organizações sociais e classistas, debates e estudos para a Promoção da Igualdade Racial; (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

X - fazer-se representar em qualquer órgão ou fóruns, que promovam a discussão de políticas públicas e/ou sociais de caráter geral;

~~XI - manter entendimentos, promover intercâmbios, firmar protocolos e outros ajustes, junto à iniciativa privada nacional e internacional, ou bem como a administração direta e indireta, estadual, municipal e federal, assim como junto às empresas de capital misto de todos os níveis de administração no país, com a finalidade de obter apoio para a realização de projetos de sua autoria, como também de contribuir na implementação de programas e/ou projetos de ações afirmativas para a comunidade negra de Itajaí;~~

XI - manter entendimentos, promover intercâmbios, firmar protocolos e outros ajustes, junto à iniciativa privada nacional e internacional, ou bem como a administração direta e indireta, estadual, municipal e federal, assim como junto às empresas de capital misto de todos os níveis de administração no país, com a finalidade de obter apoio para a realização de projetos de sua autoria, como também de contribuir na implementação de programas e/ou projetos de ações afirmativas para a Promoção da Igualdade Racial; (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

XII - elaborar, aprovar, modificar ou revogar o seu Regimento Interno;

XIII - estabelecer políticas e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Valorização da Comunidade Negra de Itajaí.

Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí, será composto por:

I - Entidades Governamentais;

II - Entidades Não-Governamentais

Capítulo IV DA ESTRUTURA

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí tem a seguinte estrutura básica:

I - Secretaria Executiva;

II - Plenário; e

III - Comissões constituídas por resolução do plenário.

~~Art. 5º A Secretaria Executiva é composta por Presidente, Vice-Presidente e secretário, eleitos para o mandato de dois anos, na primeira sessão ordinária, escolhidos dentre e pelos Conselheiros e a Coordenadoria Temática de Igualdade Racial e Gênero do Município.~~

Art. 5º A Secretaria Executiva é composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos para o mandato de dois anos, na primeira sessão ordinária, escolhidos pelos Conselheiros. (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

§ 1º Compete ao presidente:

- a) dirigir e orientar os trabalhos internos do Conselho;
- b) convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, além do voto pessoal, o de qualidade (desempate);
- c) exercer a representação externa do Conselho;
- d) assinar as deliberações do Conselho e os atos relativos ao seu cumprimento, bem como as atas aprovadas nas reuniões;
- e) submeter à apreciação do plenário o relatório anual do Conselho;
- f) encaminhar ao Poder Executivo exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do Conselho;
- g) delegar competências ao Secretário, quando necessário;
- h) zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno adotando as providências que se fizerem necessárias.

§ 2º Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em suas faltas e/ou impedimentos;
- b) auxiliar o Presidente no exercício de suas funções.

§ 3º Compete ao Secretário:

- a) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e/ou impedimentos;
- b) manter a relação completa e atualizada dos Conselheiros e, também, das entidades relacionadas ao desenvolvimento de promoção da igualdade racial;
- c) lavrar as atas das reuniões;
- d) planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas do Conselho;
- e) organizar os serviços de protocolo, distribuição e manter o arquivo da documentação

relativo às atividades do Conselho;

- f) propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões do Conselho;
- g) convocar as reuniões do Conselho, por determinação de seu Presidente;
- h) elaborar o relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente do Conselho;
- i) comunicar, encaminhar e fazer publicar as deliberações emanadas do Plenário;
- j) encaminhar ao chefe do poder executivo, as decisões do Conselho;

Art. 6º O Plenário é a instância superior, constituído pelos conselheiros titulares ou suplentes representativos do Conselho que funcionará em sessões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento.

Parágrafo Único. Compete ao Plenário:

- a) propor alterações deste Regimento para homologação pelo Prefeito;
- b) propor normas, procedimentos, leis e ações destinadas à promoção da igualdade racial;
- c) propor a celebração de acordos e parcerias com as entidades públicas e privadas, avaliando todos os seus aspectos;
- d) informar a comunidade da execução da política municipal e suas deliberações;
- e) atuar no sentido de estimular a formação da consciência da promoção da igualdade racial promovendo seminários, palestras e debates junto aos meios de comunicação e às entidades públicas e privadas;
- f) receber as denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração, encaminhamento aos órgãos municipais e estaduais responsáveis e sugerindo ao Prefeito ou à autoridade competente as providências cabíveis;

Art. 7º O Plenário do Conselho, observado o quorum estabelecido, deliberará mediante Resoluções, Proposição e Moções adotadas pela aprovação da maioria dos presentes.

§ 1º As Resoluções referem-se a deliberações vinculadas a diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos à promoção da igualdade racial.

§ 2º Quando se tratar de matéria referente à promoção de igualdade racial, para análise do Poder Executivo, deverá ser encaminhada através de Proposição.

§ 3º As Moções expressam o juízo do Conselho sobre fatos ou situações, com o propósito de manifestar reconhecimento, apoio, crítica ou oposição.

~~§ 4º As deliberações do Conselho serão encaminhadas para a publicação no Jornal do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.~~

§ 4º As deliberações do Conselho serão encaminhadas para a publicação no Diário Oficial do Município, no prazo de 30 (trinta) dias. (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

Art. 8º Por resolução do plenário, poderão ser constituídas Comissões internas que serão instâncias encarregadas de desenvolver, examinar e relatar ao Plenário as matérias de sua competência.

§ 1º As Comissões poderão ser permanentes ou temporárias. As permanentes subsistem sem o prazo determinado para sua extinção e cuja criação se faz, somente, através de Resoluções do Conselho. As temporárias são constituídas com finalidades especiais e que se extinguem quando preenchido o fim a que se destinam ou quando expirado o seu prazo de duração.

§ 2º Na composição das Comissões, deverá ser considerada a natureza técnica da matéria de sua competência e a finalidade dos órgãos ou entidades nela representadas:

- a) a iniciativa para propor a criação das Comissões compete a qualquer Conselheiro ou ao Presidente;
- b) a proposta de criação deverá ter o apoio da maioria simples dos Conselheiros e será submetida à deliberação do Plenário;
- c) após aprovação da proposta, o Presidente expedirá o competente Ato de criação, através de uma resolução;
- d) os membros das Comissões serão nomeados por ato do Presidente após indicação de seus nomes pelo Plenário;
- e) os membros de cada Comissão elegerão um Coordenador e um Relator que deverão ser membros do Conselho;
- f) cabe ao Coordenador da Comissão: organizar, convocar, conduzir, presidir as reuniões da respectiva Comissão e representá-la no Plenário do Conselho;
- g) as deliberações das Comissões serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros, sendo que, ao Coordenador da Comissão é conferido o voto de desempate;
- h) poderão participar das reuniões das Comissões, sem direito a voto, além dos demais membros do Conselho, técnicos ou representantes de entidades que possam prestar esclarecimentos sobre assunto submetido à sua apreciação, devendo serem credenciados com antecedência, pelo Coordenador da Comissão, ouvido seu plenário;
- i) em caso de vaga, licença, ou impedimento do Conselheiro Titular o Presidente do Conselho nomeará o substituto legal.

§ 3º O requerimento para criação da Comissão Temporária deverá indicar a finalidade, a justificativa para a criação pretendida, o número de membros que a comporá e o prazo de duração.

Capítulo V DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra de Itajaí reunir-se-á mensalmente em sessões ordinárias convocadas pelo seu Presidente e em sessões extraordinárias por convocação do Presidente ou decorrentes de requerimento da maioria absoluta dos seus membros titulares.

Art. 10 As sessões ordinárias do Conselho, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com pauta encaminhada aos seus integrantes com antecedência mínima de 05 (cinco) dias na data previamente fixada.

~~Parágrafo Único. Cada membro, no exercício da titularidade, terá direito a um voto, com exceção do Presidente que possuirá voto de desempate. Será garantido aos membros suplentes presentes às reuniões somente o direito a voz.~~

Parágrafo Único. Cada membro, no exercício da titularidade, terá direito a um voto, com exceção do Presidente que possuirá também o voto de desempate. Será garantido aos membros suplentes presentes às reuniões somente o direito a voz. (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

Art. 11 As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 10

(dez) dias, com a disponibilização, no mesmo prazo, da pauta e dos documentos.

Parágrafo Único. O prazo estabelecido no caput pode ser reduzido para até, 05 (cinco) dias, na hipótese de inequívoca urgência da matéria, devidamente justificada.

~~Art. 12 As reuniões do Conselho somente serão realizadas com 3/4 (três quartos) dos seus membros, em primeira convocação, por maioria simples na segunda convocação e com qualquer número de membros na terceira convocação.~~

~~Art. 12 As reuniões do Conselho somente serão realizadas com 3/4 (três quartos) dos seus membros, em primeira convocação, por maioria absoluta na segunda convocação no tempo de 10 (dez) minutos. (Redação dada pelo Decreto nº [9224](#)/2010)~~

Art. 12 As reuniões do Conselho somente serão realizadas com 3/4 (três quartos) dos seus membros, em primeira convocação, ou com qualquer número na segunda convocação no tempo de 10 (dez) minutos. (Redação dada pelo Decreto nº [9523](#)/2011)

~~Art. 13 As sessões deverão ter duração de uma hora e meia, aproximadamente.~~

Art. 13 As sessões terão duração de uma hora e meia. (Redação dada pelo Decreto nº [9224](#)/2010)

Art. 14 A pauta da reunião ordinária constará de:

- I - verificação da presença e da existência de quorum;
- II - leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - informes gerais;
- IV - leitura e aprovação da ordem do dia;
- V - apresentação, discussão e deliberação das matérias agendadas; e
- VI - encerramento.

Parágrafo Único. Poderão ser inseridas na pauta apresentações de temas considerados relevantes para o Conselho, por sugestão do Presidente ou por sugestão dos Conselheiros com devida justificativa.

Art. 15 Compete aos Conselheiros:

- I - comparecer às reuniões para as quais forem convocados;
- II - participar das atividades do Conselho, com direito à voz e voto;
- III - debater e deliberar sobre as matérias em discussão;
- IV - requerer informações, providências e esclarecimentos à Secretaria-Executiva;
- V - participar das Comissões para as quais forem indicados;
- VI - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;

VII - solicitar a verificação de quorum.

Art. 16 Qualquer membro poderá pedir vistas de um processo antes da sua votação em Plenário.

~~§ 1º Se mais de um membro pedir vistas do mesmo processo, o pedido será conjunto.~~

§ 1º Se mais de um membro pedir vistas do mesmo processo, o pedido será conjunto, sendo concedido o prazo de 5 (cinco) dias para cada um. (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

~~§ 2º O prazo de devolução de um processo do qual tenha sido pedido vistas é a data da reunião seguinte, seja ordinária ou extraordinária. (Revogado pelo Decreto nº [9224/2010](#))~~

§ 3º Para cada processo conceder-se-á vistas apenas uma vez.

Art. 17 Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - faltar 03 (três) reuniões consecutivas, ou 05 (cinco) intercaladas sem justificativa;

II - apresentar renúncia ao Plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à data do protocolo de recebimento;

~~III - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.~~

III - for condenado por sentença irrecorrível, por crime. (Redação dada pelo Decreto nº [9224/2010](#))

Art. 18 Será considerada justificada a falta do membro do Conselho na sessão, em virtude de:

I - serviço eleitoral;

II - júri;

III - doença;

IV - não convocação para a sessão extraordinária nos prazos estabelecidos pelo presente Regimento;

V - férias e viagens a serviço;

VI - outros motivos que, por deliberação do Plenário, forem considerados justos.

Art. 19 Nenhum membro do Conselho, com exceção do Presidente, poderá manifestar-se em público sobre assuntos examinados pelo Conselho, salvo se o fizer em caráter pessoal ou a pedido por comunicado oficial.

Art. 20 Os conselheiros representantes das Secretarias Municipais terão seus mandatos coincidentes com o do Prefeito que os indicou, sendo que seus substitutos e respectivos suplentes completarão o tempo de mandato que faltar.

Art. 21 Os conselheiros representantes de entidades não-governamentais perderão o

mandato quando afastados dos respectivos órgãos que representam.

Art. 22 Os membros do Conselho poderão ser substituídos, mediante solicitação expressa da instituição ou autoridade pública à qual estejam vinculados, encaminhada à Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 23 Nos casos de renúncia, impedimento ou falta de membros titulares serão substituídos pelos suplentes, automaticamente.

Art. 24 As entidades ou organizações representadas pelos Conselheiros faltosos, deverão ser comunicadas a partir da segunda falta consecutiva, ou quarta intercalada, através de correspondência da Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 25 Perderá o mandato a instituição que:

I - extinguir sua base territorial de atuação no Município de Itajaí;

II - tiver constatado em seu funcionamento irregularidade de acentuada gravidade, que torne incompatível sua representação no Conselho Municipal;

III - sofrer penalidade administrativa reconhecidamente grave.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 O presente Regimento poderá ser alterado, mediante proposta do Conselho e submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo, nos termos da legislação específica.

Art. 27 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 18 de maio de 2007.